

Apresentação

Comparadas com as do passado, as sociedades de hoje são extraordinariamente complexas. Isto não se deve apenas ao aumento populacional, mas, também, às grandes expansão e diversificação das atividades que as pessoas exercem e das demandas que elas apresentam, provocadas por um aumento geral da produtividade e da riqueza destas sociedades. Deve-se, ainda, à multiplicidade de modos pelos quais a sociedade assume, atualmente, a tarefa de atender a essas variadas demandas, algumas vezes por meio de empresas privadas – interessadas nas possibilidades de lucro –, outras vezes de organizações públicas, na medida em que as demandas são publicamente reconhecidas como necessidades e interesses que precisam ser atendidos independentemente das possibilidades de lucro. Por fim, a complexidade deve-se também à pulverização na divisão do trabalho e na especialização das competências, um fenômeno que, embora constatado há algum tempo, produz hoje em dia necessidades de coordenação e integração de espantosa magnitude.

É nesse contexto que surge o conceito de organização com o qual vamos trabalhar.

Neste livro, as organizações serão consideradas como entidades típicas das sociedades contemporâneas, marcadas pela complexidade acima referida. Entendidas dessa maneira, as organizações se definem por duas características essenciais, estreitamente relacionadas. Em primeiro lugar, a exigência de eficiência operacional: à complexidade das tarefas que assumem corresponde a exigência de eficiência na

execução das atividades necessárias ao seu cumprimento. Como consequência da exigência de eficiência – ou, melhor dizendo, como efeito de uma visão tecnicista desta exigência, bastante difundida – surge a tendência à uniformização dos critérios de decisão, à padronização das decisões e procedimentos, e à reprodução relativamente automática e irrefletida desses critérios e padrões. Tomada ao pé da letra, a eficiência operacional não permite que se suspenda o ritmo rápido das decisões e atividades e se gaste tempo refletindo e levantando questões a cada novo momento.

Essa tendência se desdobra em diferentes planos. Em primeiro lugar, ela pode ser percebida no plano das atividades dos empregados e funcionários das organizações, dos indivíduos que nelas desempenham determinadas funções. Neste plano, a tendência acima indicada manifesta-se em termos de aplicação relativamente automática e irrefletida dos critérios e procedimentos próprios do setor da organização em que o funcionário está inserido.

Em segundo lugar, tal tendência pode ser detectada no plano das relações humanas dentro da organização. Neste plano, a visão tecnicista ou instrumental da exigência de eficiência associa-se a uma compreensão de natureza agressiva, “belicista”, de tal exigência, convertendo-se assim em uma interpretação estratégica das relações interpessoais que leva indivíduos e grupos a perceberem suas relações recíprocas em termos de exercício de poder regido pela norma da maximização dos ganhos particulares, e a reproduzirem de forma relativamente automática e irrefletida essa percepção e essa norma.

Nesses dois planos, as tendências associadas à exigência de eficiência criam obstáculos para se perceber e vivenciar a organização como um empreendimento comum, ou

seja, um empreendimento no qual participantes e líderes são capazes de construir critérios e padrões comuns que possam aparecer como compreensíveis, aceitáveis e razoáveis para todos. Usando o vocabulário de Jürgen Habermas – o grande pensador da atualidade que inspira este livro –, a inchação e o predomínio da racionalidade técnica, instrumental e estratégica criam obstáculos para o desenvolvimento da racionalidade comunicativa e dialógica, a competência orientada especificamente para a discussão e a negociação de princípios e critérios efetivamente comuns, razoáveis para todos.

A teoria de Habermas é mais frequentemente utilizada para pensar a política em termos de construção e exercício de um poder comum, em oposição às compreensões pretensamente realistas que reduzem a política a uma arena de disputas voltadas para a conquista e o exercício de um poder autossuficiente e opaco. Nossa proposta é a de que os conceitos habermasianos podem ser utilizados para pensar não apenas as grandes estruturas políticas da sociedade, mas também as ações e interações humanas dentro das organizações, que fazem parte do nível “micro” do processo de estruturação da sociedade. A nosso ver, o conceito de ação comunicativa – que é o núcleo da compreensão da política defendida por Habermas – pode ser utilizado para propor o argumento de que as interações humanas dentro das organizações também podem ser vistas em termos de uma “política comunicativa”. Evidentemente, no caso das chamadas “empresas de mercado”, os critérios de razoabilidade e justificação inerentes ao “poder comunicativo” terão de levar em conta a exigência “realista” de sobrevivência no mercado, mas poderão transformar tal exigência em algo aberto à compreensão e à discussão dos participantes da

organização, em oposição à tendência à opacidade e à reprodução irrefletida de padrões e processos fechados sobre si mesmos, “sistêmicos”.

No nível “micro” das organizações e das relações entre organizações – que aqui é tomado como a base do processo de estruturação da sociedade –, os conceitos habermasianos levam à seguinte perspectiva. Ao desviar o olhar da possibilidade e da importância de construir com os outros critérios e padrões razoáveis para todos, a orientação para uma eficiência puramente operacional acaba acirrando conflitos e disputas entre organizações, entre setores e departamentos das organizações, entre grupos e indivíduos. Esses conflitos apresentam uma importante dimensão ética, e frequentemente assumem feições claramente antiéticas. Mas não se trata apenas de um problema ético; na mesma medida em que é um problema de ética, é também um problema de eficiência organizacional e social, considerada de uma perspectiva mais profunda, abrangente e refletida, que diz respeito à boa convivência humana.

Como sugerido, os problemas apontados não ocorrem apenas no plano interno às organizações individualmente tomadas, mas também no plano das relações entre elas, chegando ao nível dos sistemas que as organizações compõem. A tendência à uniformização de critérios e padrões se manifesta também entre as diferentes organizações de um mesmo setor de atividades – ainda que haja entre elas ferrenha disputa. Como dito acima, o critério da maximização dos ganhos individuais em detrimento dos “adversários” ou “concorrentes”, típico da racionalidade puramente estratégica, torna-se um padrão uniforme de percepção e decisão, reproduzido de forma automática e irrefletida. Pode-se dizer, mais uma vez, que essas disputas, além de

frequentemente antiéticas, representam um problema de eficiência – nesse caso, eficiência da sociedade em atender às demandas dos cidadãos e promover a boa convivência.

Além de adotarem e reproduzirem os critérios genéricos da racionalidade instrumental e estratégica, organizações de um mesmo setor de atividades tendem à uniformização tecnicista dos critérios decisórios e padrões operacionais próprios do setor particular a que pertencem. Ao serem submetidos à lógica da reprodução automática e irrefletida, interesses, avaliações, ponderações e juízos formulados por seres humanos acabam por se transformar em códigos e programas de caráter sistêmico, ou seja, reproduzidos em operações referidas apenas a si mesmas e impermeáveis às atividades de reflexão, crítica, discussão e reformulação, típicas dos seres dotados de consciência e linguagem.

Assim, entre organizações situadas em diferentes setores ou sistemas da sociedade, os problemas gerados pela racionalidade instrumental e estratégica não dizem respeito apenas a disputas acirradas, mas também, e de forma relacionada, a atitudes de incompreensão ou indiferença em relação aos códigos, padrões e procedimentos das organizações de outros setores. O que aparece neste caso é um isolamento mútuo, ou falta de diálogo entre as organizações (e entre os membros das organizações) de diferentes setores da sociedade, em busca de entendimentos em torno de critérios e procedimentos de interesse comum. Usando o vocabulário da teoria de sistemas desenvolvida por Niklas Luhmann, os sistemas da atividade social se transformam em círculos operacionalmente fechados e, com isso, minúam as competências da sociedade para negociar e construir princípios e decisões efetivamente comuns, ou seja, passíveis de serem compreendidos e aceitos como razoáveis

para todos. Neste plano, surgem problemas eminentemente políticos: a sociedade se divide em grupos, setores e sistemas incapazes de dialogar e negociar uns com os outros. Este é um grande desafio das sociedades contemporâneas. Mais uma vez, a exigência de eficiência operacional gera tendências e processos que acabam por desembocar numa grande ineficiência: humana, social, política.

Os problemas aqui mencionados decorrem do mandamento de eficiência operacional típico das organizações contemporâneas. Em outras palavras, o inchaço da racionalidade técnica e estratégica é um efeito dessa exigência dominante das sociedades de hoje. Por outro lado, como os escritos da Escola de Frankfurt e de Habermas demonstram, é possível estabelecer conexões entre esse inchaço da racionalidade instrumental e uma tradição *grosso modo* positivista de compreensão da relação sujeito-objeto do conhecimento. Partindo da teoria do conhecimento e da filosofia da ciência, essa compreensão positivista chega à teoria da sociedade, passando pela filosofia das ciências sociais.

Trata-se, como será visto, de uma tradição que rejeita a ênfase no papel da consciência e da linguagem dos sujeitos do conhecimento no acesso ao objeto do conhecimento. Isto ocorre também no caso dos cientistas sociais, quando o objeto é a realidade social. Ao deslocar-se do campo da filosofia das ciências sociais para o campo da teoria da sociedade, a tradição positivista rejeita a ênfase no papel da consciência e da linguagem dos sujeitos da ação na construção da realidade social. Trata-se de uma tradição que rejeita a ênfase nas competências típicas dos seres humanos, seres dotados de consciência e linguagem, e sujeitos do conhecimento e da ação: a competência para a reflexão e a cons-

cientização, para a crítica e a discussão baseadas na reflexão, para o aprendizado fundado nesta crítica, para a mudança de atitudes e concepções.

O objetivo deste livro é analisar conexões entre essa tradição, especificamente filosófica, e os problemas e paradoxos gerados pela exigência de eficiência típica das organizações contemporâneas. De modo correspondente, pretendemos analisar os recursos que uma tradição filosófica *grosso modo* antipositivista, ilustrada hoje pela teoria crítica de Habermas, poderia oferecer para a discussão e a superação de tais problemas e paradoxos. Por razões que ficarão claras no curso da exposição, preferimos chamar a tradição antipositivista de “construtivismo”.

De modo mais preciso, este livro apresenta dois objetivos, estreitamente relacionados. O primeiro é apresentar uma interpretação dos caminhos de desenvolvimento da racionalidade ocidental a partir da Revolução Científica Moderna, relacionando este processo a duas grandes tradições de pensamento (positivismo e construtivismo), presentes na teoria do conhecimento, na teoria da sociedade e na teoria das organizações. O segundo é estabelecer conexões entre estas tradições e a política nas sociedades contemporâneas, abordando a política não tanto do ponto de vista das grandes estruturas sociais, mas, antes, do ponto de vista das ações e interações humanas, que constituem o nível “micro” do processo de estruturação da sociedade. É neste nível “micro” que as organizações entram, como fatores hoje em dia decisivos. A nosso ver, um aprendizado para a política democrática passa atualmente pelas ações e interações que ocorrem em organizações de diferentes setores: o setor produtivo, o setor de segurança, o setor jurídico, o sistema de ensino, o sistema da mídia etc.

O impulso que caracteriza e anima este livro é o interesse na junção de filosofia e política. O livro tem um perfil “filosófico-político” – entendendo-se o adjetivo “político” em termos de um interesse nas ideias e concepções que estão na base das ações e interações da vida cotidiana na sociedade contemporânea. De modo mais preciso, trata-se do interesse em convidar os sujeitos da ação a refletirem sobre as ideias e os modos de pensar atuantes no nível micro dos processos de estruturação da sociedade. O livro apresenta opções interpretativas possivelmente discutíveis ou controversas, a começar pela escolha dos grandes marcos das tradições positivista e antipositivista (construtivista) acima mencionadas. Os autores esperam que essas opções sejam justificáveis à luz do interesse que anima o livro, um interesse mais “sintético” do que “analítico”, ou seja, um interesse nas possíveis ligações de visões de racionalidade, de ciência e de sociedade identificáveis em um percurso histórico relativamente longo – e não tanto o interesse na análise das articulações conceituais próprias da obra desse ou daquele teórico.

Em consonância com o perfil do livro, os autores preferiram abster-se de citações, tanto dos teóricos abordados como de comentadores. A tentativa de recorrer a citações para justificar as interpretações apresentadas transformaria a natureza deste livro. Mais uma vez, esperamos que as interpretações sejam justificáveis à luz do interesse “filosófico-político” de apresentar uma proposta de compreensão das concepções que estão na base de problemas e dilemas que vivemos hoje.

O livro se divide em duas partes. A primeira é dedicada à teoria do conhecimento e à filosofia da ciência. A segunda, às teorias da sociedade e das organizações. Questões e

aspectos da filosofia das ciências sociais aparecem tanto na primeira como na segunda parte, uma vez que, do ponto de vista da filosofia, a filosofia das ciências sociais está numa posição intermediária entre a filosofia da ciência e a teoria da sociedade.

A primeira parte, por sua vez, divide-se em duas seções. A primeira é apenas uma preparação para a segunda, que contém o núcleo da exposição da primeira parte do livro. Mais precisamente, a primeira seção procura identificar e analisar as origens do contraste que será discutido na segunda seção, o contraste entre as tradições positivista e construtivista de compreensão da relação sujeito-objeto do conhecimento. Na primeira seção, composta apenas do capítulo 1, defenderemos a interpretação de que esse contraste tem sua origem nas duas dimensões da Revolução Científica do século XVII. Para apresentar esta interpretação, faremos uma breve exposição das diferenças entre a ciência antiga e a ciência moderna iniciada no século XVII.

Na segunda seção da primeira parte, composta dos capítulos 2, 3 e 4, apresentaremos o desdobramento histórico do contraste entre as duas grandes tradições de compreensão da relação sujeito-objeto, positivismo e antipositivismo – ou, seguindo a terminologia que será adotada, positivismo e construtivismo. Em termos genéricos, o contraste pode ser exposto da seguinte maneira: para a tradição construtivista, as ideias e os modos de pensar do sujeito do conhecimento desempenham o papel prioritário na relação com o objeto passível de ser conhecido; para a tradição positivista, em contrapartida, a primazia cabe a dados e características da própria realidade, ou do próprio objeto, ou seja, dados e características supostamente independentes de ideias e modos de pensar do sujeito do conhecimento.

Defenderemos a interpretação de que a tradição positivista se inicia com o empirismo de Bacon e Locke, passa pelo empirismo de Hume e pelo empirismo lógico do Círculo de Viena, e desemboca mais recentemente nas teorias marcadas pela crença em observações puras ou não interpretadas da realidade, que incluem a teoria de Popper. Afirmaremos também que a tradição construtivista se inicia com o racionalismo de Descartes, passa pelo idealismo de Kant e pela primazia da razão do sujeito defendida por Popper em sua polêmica contra a metodologia indutiva do empirismo lógico, e desemboca mais recentemente nas abordagens *grosso modo* pragmatistas defendidas por Thomas Kuhn e Jürgen Habermas, marcadas pela rejeição da crença em observações não interpretadas da realidade, inclusive aquelas supostamente “decisivas” obtidas em experimentos montados segundo o método hipotético-dedutivo de Popper.

Ainda na segunda seção da primeira parte será defendida a preferência pela tradição construtivista de compreensão da relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, e pela teoria *grosso modo* pragmatista que representa essa tradição nos dias de hoje. Essa defesa, entretanto, não tomará a forma de uma afirmação de que as outras teorias estão erradas ou ultrapassadas. Nosso argumento será o de que a teoria pragmatista é mais perspicaz e menos ingênua, ou seja, equivale a uma visão mais ampla, rica e nuançada da questão, especialmente quando o objeto do conhecimento é de natureza social (sociedades e organizações).

Na segunda parte do livro, composta dos capítulos 5, 6, 7, 8 e 9, vamos focalizar teorias da sociedade e teorias das organizações. Como dito acima, questões e aspectos da filosofia das ciências sociais, já tratados na primeira parte

(principalmente no final do capítulo 4), serão algumas vezes retomados, à medida que tenham ligação com as teorias da sociedade analisadas em cada capítulo.

De modo semelhante ao da segunda seção da primeira parte, na segunda parte vamos trabalhar com o contraste entre duas grandes linhas de compreensão da realidade social ou do objeto “sociedade”. E intitularemos essas duas tradições de “positivismo” e “construtivismo”, em virtude das relações que se podem perceber entre essas linhas de compreensão da sociedade e as tradições positivista e construtivista de compreensão da relação sujeito-objeto, analisadas na primeira parte.

Em termos genéricos, o contraste nas teorias da sociedade pode ser exposto da seguinte maneira. Para as imagens positivistas, os elementos essenciais do objeto “sociedade” consistem em características, condições, estruturas e processos “objetivos”, supostamente prioritários em relação às ideias e aos modos de pensar vigentes entre os seres humanos que vivem na sociedade (e também entre os que a estudam). Estes (modos de pensar) são tomados como fenômenos pertencentes a um plano secundário ou derivado, o das consciências dos seres humanos. Ideias e modos de pensar ficam subordinados, no funcionamento das sociedades, a elementos que lhes são prioritários e quase sempre determinantes. Para as imagens construtivistas, em contrapartida, os componentes essenciais da sociedade consistem precisamente nas ideias e nos modos de pensar (interpretações em sentido amplo) que existem e se reproduzem na consciência e na linguagem (atos de fala) dos seres humanos. A relação do sujeito do conhecimento (o cientista e suas lentes interpretativas) com os modos de pensar dos sujeitos da ação que constituem seu “objeto” não se confi-

gura como uma “descrição”, mas, antes, como um “diálogo de interpretações”.

No campo da tradição positivista, destacaremos as seguintes imagens da sociedade: mecanicismo, funcionalismo e materialismo histórico (ou marxismo ortodoxo). Mecanicismo e funcionalismo serão tratados no capítulo 5, e o marxismo clássico ou ortodoxo no capítulo 6. O marxismo será destacado num capítulo à parte em virtude não apenas de sua grande contribuição para a história do pensamento social, como também por sua diferença e sua peculiaridade em relação às teorias tipicamente positivistas.

No campo da tradição construtivista, destacaremos a abordagem interpretativa, tratada no capítulo 7, e a teoria crítica de Habermas, analisada no capítulo 8.

Na apresentação da abordagem interpretativa, chamaremos atenção para o fato de que existe uma vertente mais recente da abordagem funcionalista, a teoria dos sistemas operacionalmente fechados desenvolvida por Niklas Luhmann, que faz uso da noção central da sociologia interpretativa, a noção de “sentido”. Tal teoria, entretanto, como será visto, faz uma apropriação “objetivadora” do conceito de sentido, no âmbito da qual as atividades que se desenvolvem no “ambiente” do sentido são tomadas como operações “sistêmicas”, ou seja, operações que se formam e reproduzem à medida que se encadeiam automática e irrefletidamente umas às outras. A teoria de Luhmann rejeita a ênfase nas capacidades típicas dos seres dotados de consciência e linguagem: reflexão e conscientização, crítica e discussão, aprendizado reflexivamente produzido, ou mudança reflexivamente produzida de atitudes e concepções. Trata-se, então, de uma compreensão positivista do conceito de sentido, um conceito de feição em princípio construtivista.

Na segunda parte do livro será defendida a superioridade das imagens antipositivistas ou construtivistas – tanto a imagem interpretativa em sentido estrito como, principalmente, a teoria crítica de Habermas, que nós apresentaremos como um “interpretacionismo crítico”. O argumento desta defesa será o de que a consciência e a comunicação humanas são irreduzíveis a elementos puramente “objetivos”, ou seja, independentes das capacidades de reflexão e discussão refletida dos sujeitos dotados de consciência e linguagem, e de que as imagens construtivistas estão mais atentas a esse fato.

Por fim, no capítulo 9 tentaremos estabelecer relações entre as imagens de sociedade apresentadas nos capítulos anteriores e algumas das imagens da organização que podem ser percebidas na história da teoria das organizações. Nesse último capítulo, nossa exposição será fortemente influenciada pelo livro *Imagens da organização*, de Gareth Morgan. Cabe destacar que a questão das ações e interações humanas, inclusive aquelas que ocorrem dentro das organizações, já terá sido esparsamente tratada em capítulos anteriores, na medida do interesse “filosófico-político” referido mais acima. Nesse último capítulo, nos limitaremos a abordar conceitos e temas mais específicos da teoria das organizações.

Este livro é fruto de motivações que convergiram para a sua elaboração. De um lado, sua origem é acadêmica, e o ponto de partida foram notas e apostilas dos cursos de filosofia da administração e filosofia das organizações que Antonio, durante alguns anos, ofereceu aos alunos dos Departamentos de Administração e Contabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro. De outro lado, o impulso veio do interesse pela filosofia política que Roberto desen-

volveu ao longo dos quarenta anos de sua militância na vida pública. Das conversas entre ambos surgiu a percepção de que os dois caminhos tinham muitos pontos em comum, o que os motivou a trabalharem juntos para deixar um registro de suas ideias.

Ao fazê-lo, os autores querem expressar um sentimento de gratidão àqueles que propiciaram o florescimento desse interesse pela filosofia: os professores que ministraram as aulas do Curso de Aperfeiçoamento em Filosofia que o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ ofereceu em 1990, ao qual eles assistiram, juntos, com grande atenção e apego: Antonio como recém-graduado em história e Roberto como político em recesso.

Nosso agradecimento, portanto, aos professores que ministraram esse Curso de Aperfeiçoamento e outros cursos a que assistimos juntos: Alberto Oliva, Gilvan Fogel, Guido de Almeida, Luiz Eduardo Bicca, Maria das Graças Augusto, Maria do Carmo Bettencourt de Faria, Mário Guerreiro, Olinto Pegoraro, Raul Landim. Os autores querem deixar registrado o sentimento de gratidão pela perspectiva larga que lhes foi aberta durante aquelas aulas.